



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
PODER LEGISLATIVO  
GABINETE DO VEREADOR CARLOS DAMACENO – PATRIOTA

Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2021

**PROTOCOLO**  
Divisão das Comissões  
Proj. de Lei nº 4209/2021  
Proj. de Lei Comp. nº \_\_\_\_\_  
Resolução \_\_\_\_\_  
Decreto Legislativo \_\_\_\_\_  
Emenda \_\_\_\_\_  
Data 30/06/21 Horário 12h00

"Estabelece a política de combate a imóveis abandonados causadores de degradação urbana no âmbito Municipal, e das outras providências".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprova e eu sanciono a seguinte **LEI**:

**Art. 1º** - O Município impedirá que imóveis abandonados, causem deterioração urbana.

**§1º** - Entende-se por deterioração urbana:

**I** - o aumento da concentração de usuários de drogas;

**II** - o aumento nos níveis de criminalidade;

**III** - desvalorização imobiliária;

**IV** - estigmatização da área.

**§2º** - Entende-se por imóvel abandonado:

**I** - o imóvel que não tenha seu uso regular pelo proprietário, ficando desocupado;

**II** - o imóvel de proprietário desconhecido.

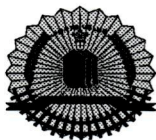
**§3º** - O fato de o proprietário pagar regularmente tributos referentes ao imóvel, por si só, não ilide a declaração de abandono.

**§4º** - O fato de o imóvel ter sido invadido e estar sendo usado para residência por ocupantes ilegais, por si só, não obsta a declaração de abandono.

**Art. 2º** - O Município, de ofício ou por provocação, poderá iniciar processo administrativo a fim de declarar que um imóvel abandonado causa deterioração urbana.

**Parágrafo único:** se o imóvel não tiver proprietário conhecido, o Município publicará editais no Diário Oficial da Cidade; findo o prazo, o processo administrativo correrá normalmente.

**Art. 3º** - Findo o processo administrativo e constatado que o imóvel está abandonado e causa deterioração urbana, o Município poderá tomar as seguintes medidas, sem prejuízo



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

**GABINETE DO VEREADOR CARLOS DAMACENO – PATRIOTA**

de outras medidas previstas na Lei federal nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade) ou outras leis, bem como sem prejuízo de requerer qualquer tutela ao Poder Judiciário:

- I** - lacrar o imóvel;
- II** - ordenar que a Guarda Civil Municipal guarde o imóvel;
- III** - Adentrar no imóvel, a fim de desocupá-lo e realizar medidas de segurança;
- IV** - Sinalizar que o imóvel está lacrado;
- V** - Tomar medidas de higiene.

Parágrafo único - Os agentes municipais podem usar da força para adentrar o imóvel, inclusive quebrando portas. Se necessário, será solicitado auxílio da força policial.

**Art. 4º** - O Município divulgará em sítio eletrônico próprio a lista de imóveis considerados abandonados, especificando:

- I** - o seu endereço;
- II** - o seu suposto proprietário;
- III** - as medidas administrativas e judiciais tomadas;
- IV** - o andamento de processo administrativo ou judicial;
- V** - sanções impostas, nos termos da Lei federal 10.257 de 2001 e outras leis;
- VI** - prazos para a desapropriação-sanção.

**Art. 5º** - Se o imóvel estiver em risco de ruína, o Município acionará a Defesa Civil ou outro órgão correlato, se necessário, procederá à demolição.

**Art. 6º** - Se o imóvel pertencer ao Estado ou à União, o Município requererá tutela judicial para efetivar as medidas desta lei.

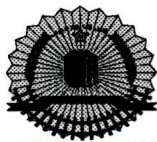
**Art. 7º** - A qualquer momento o proprietário poderá ingressar com processo administrativo visando retirar do imóvel o status de abandonado.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

**Art. 9º** - É vedada a declaração de abandono de imóvel, nos termos desta Lei, por fatos ocorridos antes da sua vigência.

Sala de Sessões, 29 de junho de 2021.

  
Vereador **CARLOS DAMACENO**  
**PATRIOTA**



### **JUSTIFICATIVA**

Existe um número considerável de imóveis abandonados, em várias regiões do nosso município. Tais imóveis são propícios a invasões.

Ainda, é comum que imóveis abandonados degradem a área no entorno, seja pelo acúmulo de sujeira, propiciando a proliferação de bichos peçonhentos, além dos mosquitos transmissores de dengue e outras doenças.

Tais imóveis também propiciam uma salvaguarda para atos criminosos, aumentando o número de furtos e roubos na região e dificultando o trabalho das forças de segurança. Como resultado, a área é estigmatizada, causando ainda mais degradação urbana.

Lamentavelmente, o Município ainda não tem uma legislação moderna para tratar do tema.

Sugiro, por meio deste projeto de lei, que o Município identifique e classifique os imóveis abandonados - por meio de processo administrativo, garantida ampla defesa e contraditório - e tome medidas para garantir a segurança e higiene do imóvel e das áreas no entorno. Tudo isto pode ser feito sem prejuízo de medidas previstas na lei federal conhecida como "Estatuto da Cidade".

A ideia deste projeto de lei é contribuir para a segurança urbana e evitar a estigmatização e degradação de áreas com imóveis abandonados, bem como facilitar a ação do Poder Público na manutenção da higiene e segurança.

Por todo o exposto, peço aos eminentes colegas que aprovem o presente projeto.